



Partnerships for
Forests

**Desbloqueando
investimentos
florestais através
do Programa
Prioritário de
Bioeconomia**

Março 2024

Resumo

O Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio) é um mecanismo de investimento em bioeconomia baseado em uma política de incentivos fiscais do governo brasileiro, criada em 2018, para impulsionar investimentos em biodiversidade na Amazônia Ocidental. Desde sua criação, o PPBio é coordenado pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). O IDESAM desenvolveu uma série de ações para promover a bioeconomia, conectando o capital financeiro do Polo Industrial de Manaus (PIM) com o capital natural da Amazônia.

No entanto, o IDESAM teve dificuldade para interligar investidores com empreendedores e promover um ecossistema mais favorável ao desenvolvimento da bioeconomia amazônica. O Partnerships for Forests (P4F) juntou-se ao IDESAM para fornecer apoio no aprimoramento do PPBio, incluindo estratégias para expansão e comunicação. Como resultado, foram alavancados £ 17,2 milhões de 27 empresas de tecnologia, melhoria da capacidade de gestão do PPBio e foi implementada uma estratégia de comunicação para divulgação de informações sobre o programa e conexão de stakeholders da cadeia da bioeconomia com investidores interessados em investir via PPBio.

Listagem de siglas

CAPDA: Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia

EC: Condições Habilitantes

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ICT: Instituto de Ciência e Tecnologia

IDESAM: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

PFNM: Produtos Florestais Não-Madeiros

PIM: Polo Industrial de Manaus

PPB: Processo Produtivo Básico

PPBio: Programa Prioritário de Bioeconomia

PPI: Programas Prioritários

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PD&I: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus

TIC: Tecnologia da Informação e Comunicações

ZFM: Zona Franca de Manaus



Contexto

A bioeconomia brasileira dos produtos florestais não-madeireiros

Ao longo da última década, os produtos florestais não-madeireiros (PFNM) ganharam destaque em todo o mundo, oferecendo soluções para os grandes desafios deste século, como as alterações climáticas, a segurança alimentar e a perda de biodiversidade. Os PFNM e a bioeconomia, amplamente entendida como uma atividade econômica que envolve a utilização de biotecnologia e biomassa, são também elementos importantes para o desenvolvimento rural sustentável e proporcionam uma forma de combinar produção e proteção ambiental¹.

O potencial da bioeconomia do Brasil, especialmente na região amazônica, é significativo para o desenvolvimento sustentável. É vista como uma forma crucial de passar da dependência de recursos fósseis para uma economia mais verde baseada em recursos biológicos e renováveis e na utilização sustentável e inovadora da biomassa para produzir bioprodutos, bioinsumos, biocombustíveis e

bioenergia². Os PFNM e a bioeconomia, em geral, têm o potencial de melhorar a agricultura de muitas maneiras, incluindo a produção de alimentos, fibras e energia, bem como de fornecer serviços ambientais e ecossistêmicos. Envolve também a utilização de química verde e materiais inovadores³.

No entanto, permanecem algumas barreiras ao desenvolvimento de cadeias de abastecimento de PFNM, incluindo mercados imaturos e acesso limitado dos produtores ao mercado, fragilidade dos acordos da cadeia de abastecimento, falta de acesso ao crédito, deficiências em infraestrutura e baixa produtividade. A ausência de grandes oportunidades de negócios para agregar valor às florestas em pé levou muitas comunidades dependentes das florestas a procurarem usos alternativos da terra, levando ao aumento de focos de desmatamento.

1. Segundo Afonso (2022), "uma bioeconomia baseada nos recursos florestais pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas para cultivar, colher, processar, reutilizar, reciclar e vender produtos florestais, bem como os serviços ecossistêmicos florestais associados. Quando se considera o conceito de bioeconomia para produtos florestais não madeireiros, destaca-se que tal atividade deve considerar os aspectos ambientais, sociais e culturais associados ao uso desses recursos." Disponível em <<https://www.mdpi.com/1999-4907/13/12/2046>>.

2. Bioeconomia na Amazônia: análise conceitual, regulatória e institucional.. CPI, 2022. Disponível em <<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/bioeconomia-na-amazonia-analise-conceitual-regulatoria-e-institucional>>.

3. Bioeconomia. Empresa Brasileira de Agropecuária – Embrapa. Disponível em <<https://www.embrapa.br/tema-bioeconomia/sobre-o-tema>>.

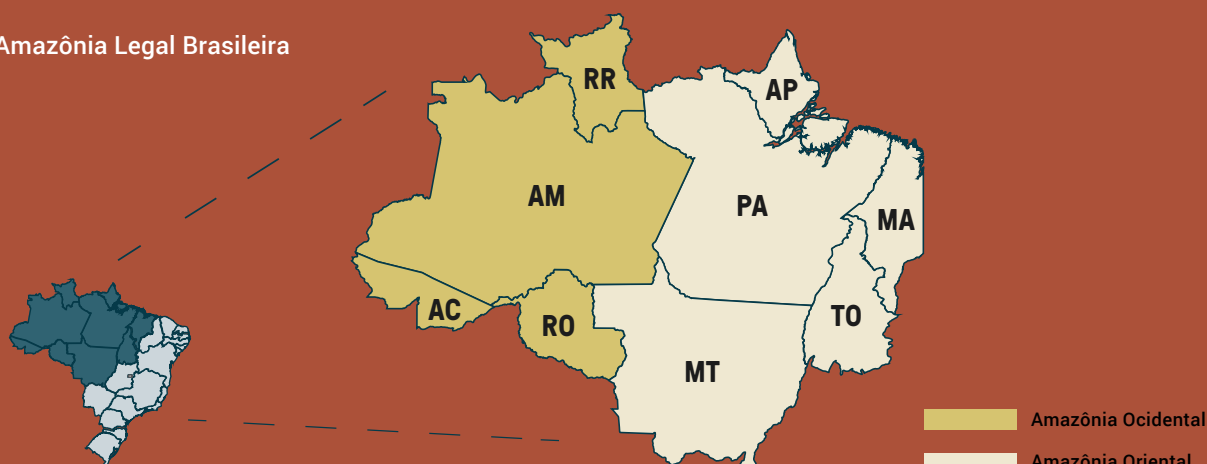
Abrangência geográfica da Amazônia Legal Brasileira

A Amazônia representa 58,9% do território brasileiro, abrangendo nove dos 27 estados do Norte, Nordeste e partes do Centro-Oeste do país.

Oficialmente chamada de Amazônia Legal, está dividida em Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental. Composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, a Amazônia

Ocidental detém 42,97% da extensão territorial da Amazônia Legal e contém aproximadamente 57% das florestas da região. É a parte mais bem preservada da Amazônia, além de representar um grande estoque de biodiversidade⁴. A Amazônia Oriental é formada pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso, abrangendo parte do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense.

Figura 1: Amazônia Legal Brasileira



O Polo Industrial de Manaus

O governo brasileiro criou o Polo Industrial de Manaus (PIM) há mais de 60 anos, com o objetivo de fomentar a economia amazônica e promover uma melhor integração produtiva e social entre a região e o resto do país. Consegue isso, principalmente, oferecendo incentivos fiscais às empresas ali localizadas, como reduções ou isenções fiscais e simplificação de processos burocráticos. O PIM cobre uma área de dez mil quilômetros quadrados em torno de seu centro, Manaus, capital do estado do Amazonas, e também é conhecido no Brasil como Zona Franca de Manaus (ZFM).

O PIM foi instituído pela Lei nº 3.173 em 1957, mas só entrou em funcionamento em 1967, quando foi reestruturado para incluir toda a Amazônia Ocidental⁵ (estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) pelo Decreto-Lei nº 288. O mesmo decreto instituiu a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) como autoridade federal responsável pela administração dos incentivos fiscais federais estabelecidos no âmbito da política do PIM.

4. Amazônia Ocidental. Disponível em <<https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/amazonia-ocidental>>.

5. Em 1991, o Amapá foi incluído no PIM por meio da Lei nº 8.387/1991, que ficou conhecida como Lei de Informática da Zona Franca de Manaus.

Incentivos fiscais para empresas do PIM

A área de livre comércio do PIM oferece às empresas estabelecidas em seus limites incentivos e benefícios que as tornam mais competitivas nos mercados interno e externo. Estas incluem a suspensão dos Impostos de Importação e Exportação, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – vinculado à importação de bens para o PIM – e o acesso preferencial a produtos de informática, automação e telecomunicações desenvolvidos no país. As empresas do PIM empregaram cerca de 110 mil trabalhadores em 2023 (+26% em relação a 2018)⁶ em diversos setores, incluindo bens de informática e eletrônicos, metalurgia, mecânica, química, automotiva (duas rodas), bebidas e indústria moveleira.

Os principais requisitos para uma empresa obter aprovação de projetos industriais e ter acesso aos incentivos fiscais do PIM são:

- Cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB), estabelecendo as etapas de fabricação que uma empresa deve cumprir;
- Gerar empregos na região;
- Proporcionar benefícios sociais aos trabalhadores;
- Alcançar aumento da produtividade e competitividade;
- Investir na formação e recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Ter aprovação de projeto industrial com limites anuais de importação de insumos.

Políticas públicas sobre Programas Prioritários no Brasil e na Amazônia

Na década de 1990, o Governo Brasileiro introduziu Programas Prioritários (PPI), regidos pela Lei Nacional de Informática (Lei nº 8.248/91). A iniciativa teve como objetivo ampliar a competitividade e a qualificação técnica das empresas brasileiras em tecnologia da informação, automação e telecomunicações.

Ao abrigo dessa lei, as empresas do setor tecnológico recebem incentivos fiscais se investirem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por meio de um PPI⁷. Com o tempo, leis adicionais – incluindo a Lei nº 8.387/1991 e a Nova Lei de Informática (Lei nº 13.674/18) – foram promulgadas para especificar o investimento necessário para que as empresas se qualificassem para tais incentivos. Por exemplo, para bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) produzidos no PIM, as empresas devem investir pelo menos 5% de sua receita bruta anual em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) voltadas para o desenvolvimento regional da Amazônia.

A Nova Lei de Informática ampliou o escopo de empresas elegíveis a incentivos fiscais e introduziu diversos PPIs para o desenvolvimento da região do PIM, como

Economia Digital, Formação de Recursos Humanos, Empreendedorismo Inovador, Indústria 4.0 e o Programa Prioritário para Bioeconomia (PPBio), que é o foco deste estudo de caso. Essas leis incentivam a P&D e facilitam a criação de fundos de investimento e redefinem os PPI para o desenvolvimento regional.



Foto: Michel Paz

6. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/indicadores/caderno_indicadores_janeiro_maio_2023_gerado_em_10-07-2023_.pdf/view>.

7. Desenvolvimento da Indústria 4.0 no PIM a partir de programas prioritários. 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41365/pdf>>.

PPBio – Programa Prioritário de Bioeconomia

Contexto

O PPBio canaliza os investimentos necessários em PD&I feitos pelas empresas localizadas no PIM para iniciativas de bioeconomia na região amazônica. Seu objetivo é promover a inovação, a competitividade e a diversificação econômica na Amazônia, com base no uso sustentável da biodiversidade e na conservação dos recursos naturais. Para isso, trabalha para superar três gargalos:

1. Criar um ambiente de negócios estável e viável para empresas e investidores;
2. Destruar investimentos privados para PD&I na bioeconomia; e
3. Fomentar o capital humano empresarial.

Desde 2018, o PPBio é coordenado pelo IDESAM, uma organização sem fins lucrativos que busca soluções criativas para desafios sociais e ambientais que impactam principalmente comunidades vulneráveis na Amazônia. Como coordenador do PPBio, o IDESAM é responsável por promover a bioeconomia e conectar o capital financeiro das indústrias localizadas no PIM com o capital natural da

Figura 2: Área de atuação do PPBio



Amazônia. Atua na identificação de projetos de bioeconomia passíveis de investimento, promove-os junto às empresas do PIM para garantir seus investimentos obrigatórios em PD&I via PPBio (em oposição a outros PPIs), bem como apoia tais projetos acerca do cumprimento dos recursos seguindo as normas do PPBio.

Figura 3: Como funciona o PPBio





Essencialmente, o PPBio concorre com outros PPIs pelos investimentos oriundos das empresas do PIM. Caso uma empresa decida investir via PPBio, o IDESAM faz a interlocução com o bionegócio que receberá o recurso – geralmente incubadoras, institutos de ciência e tecnologia, negócios de impacto ou startups de bioeconomia. Tais bionegócios estão focados no desenvolvimento de soluções que utilizam a biodiversidade amazônica de forma sustentável, incluindo:

- Pesquisa de princípios ativos e novos materiais;
- Biologia sintética, nanobiotecnologia, biomimética e bioinformática;
- Processos, produtos e serviços destinados à bioeconomia;
- Tecnologias de apoio aos sistemas produtivos regionais – tecnologias de biorremediação, tratamento e reaproveitamento de resíduos;
- Negócios com impacto socioambiental;
- Criação ou melhoria de incubadoras e parques bioindustriais.



A intervenção do P4F

Com os diversos PPIs no PIM competindo entre si pelos investimentos obrigatórios, atrair a atenção das empresas para o PPBio e canalizar recursos significativos para os bionegócio exige esforço. Verificou-se que o IDESAM estava enfrentando desafios nesse sentido devido a processos internos ineficientes relacionados ao PPBio, capacidade insuficiente para selecionar e fortalecer bionegócio passíveis de investimento, comunicação

limitada do PPBio com empresas investidoras e reduzida comunicação entre investidores e bionegócio. Embora a Amazônia tenha grande potencial para novos empreendimentos da bioeconomia, os recursos eram limitados e desestruturados. Entre 2021 e 2023, o P4F apoiou o IDESAM para enfrentar esses desafios e assim fortalecer a canalização de investimentos para a bioeconomia da Amazônia.

Figura 4: Entraves identificados e oportunidades a serem abordadas no projeto com o P4F



O P4F apoiou o IDESAM no fortalecimento do PPBio por meio de três abordagens principais: estabelecimento de um modelo de incubação de bionegócios e de um pipeline de investimento; desenvolvimento de um modelo de expansão para impulsionar tanto a captação de recursos junto às empresas do PIM, como ampliação da capacidade operacional do PPBio; e desenvolvimento de uma estratégia de comunicação para o PPBio.

A) Estabelecer uma estrutura para investimentos em bioeconomia por meio de um modelo de incubadora de bionegócios e um portfólio de novas oportunidades de investimentos, alinhado às exigências da SUFRAMA e dos investidores. Foi desenvolvido um modelo de incubação, apoiando 15 bionegócios nas cadeias de valor do açaí, óleos vegetais, castanha do pará e restauração. Tal modelo seguir cinco etapas:

Figura 5: O modelo de incubação desenvolvido no projeto com o P4F





Foto: Fred Rahal

B) Desenvolver uma estratégia de expansão do PPBio, alinhada a seu potencial de captação de recursos, e uma análise aprofundada do potencial de crescimento da bioeconomia e da capacidade operacional necessária ao IDESAM para apoiar essas projeções. Essa estratégia de expansão baseia-se em pilares de atividades com três stakeholders principais:

1 Empresas do PIM:

identificar bionegócios passíveis de investimento, desenvolvendo e implementando uma estratégia de engajamento para compreender os interesses, necessidades e desafios de investimento das empresas do PIM.

2 IDESAM:

fortalecimento da capacidade organizacional do IDESAM por meio da revisão da estrutura da equipe e melhorias nos processos operacionais internos.

3 Bionegócios:

preparação dos bionegócios para receber investimentos e identificação de novos bionegócios e cadeias de valor para futuras rodadas de investimento, adaptando o novo modelo de incubação às exigências das diferentes cadeias de valor.

C) Estruturar e implementar uma estratégia de comunicação para compartilhar o portfólio do PPBio com os principais stakeholders, incluindo empresas do PIM, empreendedores e incubadoras. Implementado pelo projeto principalmente por meio de:

1. Um [site](#) para divulgar o portfólio e os resultados do PPBio a qualquer potencial investidor e disseminar a iniciativa para outros bionegócios; e
2. Eventos, assessoria de imprensa e mídias sociais.



Resultados alcançados até o momento

Modelo de incubação bem-sucedido

O modelo de incubação mostrou-se eficiente na seleção e no apoio aos bionegócios. Como parte desse novo modelo, foram lançados os editais públicos “Elos da Amazônia”, incluindo quatro rodadas durante a execução do projeto apoiado pelo P4F, para cadeias de valor do açaí, óleos vegetais, castanha-do-brasil e restauração florestal. Os editais foram pensados para identificação de soluções inovadoras para os desafios enfrentados pelas cadeias de valor na Amazônia.

Com isso, 15 bionegócios dos estados do Amapá, Rondônia, Roraima e Acre foram selecionadas para receberem financiamento do PPBio. Essas empresas demonstraram maior nível de compreensão e alinhamento com o PPBio e seu propósito após participarem do processo de incubação em comparação aqueles negócios previamente beneficiados que não haviam participado do modelo de incubação.

Melhor capacidade de gestão

Paralelamente, o IDESAM obteve apoio do projeto para implementação de uma plataforma on-line visando aprimorar a gestão dos processos internos. Isso envolveu automatizar a formalização de projetos, agregar novos projetos, gerenciar a relação com investidores e gerenciar dados de projetos financiados pelo PPBio.

A capacidade operacional da equipe do IDESAM foi, com isso, ampliada, permitindo-lhes conduzir todas as atividades conforme planejado, alcançando os resultados esperados e ampliando o portfólio do programa, escalando,

assim, os recursos captados das empresas do PIM para o PPBio.

Para isso, foi contratado um especialista em captação de recursos. Uma estratégia de marketing foi elaborada para atrair mais empresas do PIM para o PPBio, engajando investidores para ampliação dos investimentos do setor de bioeconomia e a mediação entre investidores e empreendedores. Outros quatro profissionais foram contratados para reforçar a capacidade operacional do IDESAM.

Estratégia de comunicação aperfeiçoada

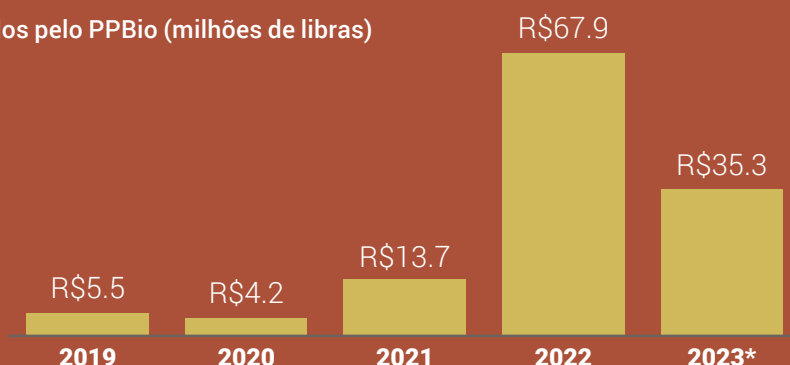
A estratégia de comunicação desenvolvida permitiu ao PPBio comunicar amplamente sobre seus projetos e oportunidades, e conectar-se mais estreitamente com os stakeholders do setor da bioeconomia e investidores interessados em alocar recursos no programa. O IDESAM utilizou cinco canais de comunicação: imprensa, mídias sociais, newsletters/e-mail marketing, eventos e site do PPBio. O site foi aprimorado e, agora, traz informações detalhadas sobre o programa, bem como os bionegócios apoiados, seus objetivos, resultados e parceiros. Também disponibiliza um espaço de aplicação para bionegócios que desejam acessar os recursos do PPBio.

Os eventos promovidos pelo PPBio foram uma das formas de comunicação mais eficazes. Aumentaram a credibilidade do programa e atraíram novos parceiros e investidores, permitindo a interação do PPBio com tais stakeholders e promovendo o diálogo e o compartilhamento de ideias.

PPBio em números

A implementação dessas atividades resultou em um aumento dos recursos captados pelo PPBio, de R\$ 4,2 milhões (£840,7 mil), em 2020, para R\$ 68 milhões (£13,5 milhões), em 2022. Com os £2,74 milhões (R\$ 13,8 milhões) captados em 2023, o total arrecadado nesse período foi de R\$ 85,9 milhões (£17 milhões).

Figura 6: Recursos captados pelo PPBio (milhões de libras)



(* até abril de 2023)



Foto: Thiago Looney

Também foi desenvolvido um processo de aprendizagem para obter feedback dos bionegócios apoiadas. Constatou-se que o PPBio:

- Entende os problemas da bioeconomia e cria diálogo com os bionegócios para encontrar soluções para os desafios amazônicos.
- É uma porta de entrada para startups fazerem parte do ecossistema de inovação da Amazônia.
- Estimulou o desenvolvimento de novos produtos inovadores com potencial para o mercado internacional e possibilitou que startups recebessem apoio de especialistas para melhoria de seus processos.
- Possibilitou que negócios saíssem de ideias e se tornassem realidade. Muitas dessas ideias de negócios foram concebidas em universidades e institutos técnicos, mas, com o apoio do IDESAM, conseguiram assumir um formato empreendedor.
- Promove negócios, gera empregos e oportunidades para a comunidade amazônica.

Feedback de representantes dos bionegócios apoiados pelo PPBio e de empresas do PIM durante um workshop realizado em Manaus no início de 2023, mostrou que o Programa é considerado uma das principais iniciativas do setor da bioeconomia amazônica.

“Com a parceria com o PPBio, a Agrosmart está conseguindo extrapolar seus produtos com o objetivo de tornar a cadeia agroalimentar mais produtiva, sustentável e resiliente”

Paulo Quirino, Agrosmart, Diretor de Operações.

“PPBio foi de suma importância para o desenvolvimento de foodtech, possibilitando recursos e uma rede de conexões para nos aproximar de parceiros estratégicos”

Pricila Almeida, CEO da SmartFood Vegan Protein.

“O apoio do PPBio é essencial para o desenvolvimento de projetos que buscam valorizar a comunidade e as mulheres extrativistas e preservar a floresta”

Anderson Firmino, Inova Manejo, Sócio.

Figura 7: Principais resultados alcançados durante o projeto apoiado pelo P4F



Resultados esperados



Resultados alcançados



(Maio de 2023)

8.7M BRL

captados para o PPBio em um ano por meio de investimentos obrigatórios de empresas do PIM



74.3M BRL

por meio de injeção de capital até o final do projeto

Ao menos

15 Novos bionegócios apoiados através do PPBio pelas empresas da Zona Franca de Manaus



15 Novos bionegócios apoiados através do PPBio pelas empresas da Zona Franca de Manaus

Rede com pelo menos

10 empresas comprometidas em investir no PPBio



27 empresas comprometidas em investir no PPBio

33.7 BRL

retorno esperado para cada 1 BRL investido



197 BRL

retorno atingido para cada 1 BRL investido

1

Sistema de informações on-line que aumenta a eficiência dos processos de gerenciamento, possibilitando a estratégia de expansão do PPBio por meio da taxa de 7% para seu coordenador



1

O sistema de informações on-line melhorou ainda mais, aumentando a eficiência dos processos de gerenciamento e aprimorando a comunicação

3

Eventos para disseminar a bioeconomia, consolidando o PPBio como líder na identificação e no apoio a soluções para esse setor



1

Viagem de campo a 5 estados da região Norte para divulgar o PPBio e atrair novos parceiros e iniciativas



Exemplo de como as iniciativas funcionaram com o PPBio

Por meio de recursos do PPBio, a startup Inova Manejo ampliou seu apoio às comunidades locais do estado do Amapá para a produção de óleos e resinas. A Inova Manejo foi criada por estudantes de pós-graduação e pesquisadores do Amapá, especialistas na aplicação da inovação florestal e socioambiental. O projeto "Nova prensa artesanal para extração de óleo de sementes de pracaxi" é realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ente público de pesquisa vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil. Atua na extração de óleo de sementes de pracaxi e andiroba na região estuarina do estado.

O processo de extração do óleo de pracaxi, produto utilizado como anti-inflamatório, antídoto e soro cicatrizante, é uma prática cultural entre comunidades do Amapá. Antes do projeto, a prensa de madeira das comunidades permitia a proliferação de microrganismos como fungos e bactérias,

que interferiam na acidez do azeite. A nova prensa artesanal desenvolvida possui placa de aço inoxidável e macaco hidráulico, permitindo a redução do esforço físico, além de permitir a produção de óleo de melhor qualidade físico-química e maior pureza.

“Com o mercado de óleos essenciais crescendo, a execução desse projeto é essencial para ajudar as comunidades a realizarem a extração seguindo parâmetros de boas práticas e valor agregado. É uma atividade realizada majoritariamente por mulheres, beneficiando aproximadamente 300 pessoas”

afirma **Daniele Alencar**, sócia-fundadora da *Inova Manejo*.

Conclusões e lições aprendidas

O apoio do P4F fortaleceu o PPBio para que se tornasse parte de um ecossistema mais amplo de bionegócios e investidores, e se tornou amplamente reconhecido entre os atores da bioeconomia na Amazônia. Um desafio remanescente para o PPBio é que, por ser um programa público, não consegue atrair capital comercial e tornar-se um negócio autossustentável.

O ecossistema de inovação no setor de bioeconomia na região amazônica ainda é muito novo e pouco estruturado. Por isso projetos como este desempenham um papel importante na melhoria da estrutura, no fomento de outras incubadoras, aceleradoras e TICs, e na captação de recursos disponibilizados por meio dos PPIs.

As principais lições dessas atividades incluem:

- **Incentivos públicos e fundos privados trabalhando em conjunto é capaz de gerar ainda mais impacto positivo:** os incentivos públicos proporcionados pelos benefícios fiscais às empresas do PIM foram essenciais para desbloquear o investimento do setor privado para a bioeconomia. As forças combinadas dos setores público e privado têm o potencial de mover a economia em direção a um futuro mais inclusivo e sustentável.
- **Apoio externo mostrou-se necessário para desbloquear investimentos:** os incentivos fiscais e as políticas dos

programas prioritários eram insuficientes para concretizar todo seu potencial, sendo assim necessário o apoio externo concebido (fornecido pelo P4F, neste caso). Comparativamente, investimentos para capacitação de atores chaves que viabilizam o acesso a mercado – com o IDESAM, em nome do PPBio – desbloquear grandes investimentos nos setores da bioeconomia e do uso sustentável da terra.

- **É preciso financiamento adicional a fim de auxiliar os bionegócios na geração de impacto local:** o apoio ao IDESAM fortaleceu o PPBio de forma eficaz, mas são necessários mais investimentos filantrópicos e empresariais para impulsionar o setor da bioeconomia, preservando, assim, as florestas e fornecendo opções de desenvolvimento sustentável para as comunidades.
- **Transformar ideias de PD&I em negócios é vital:** os centros de pesquisa precisam de apoio para transformar ideias técnicas em negócios viáveis, permitindo-lhes chegar às comunidades da floresta, bem como à sua biodiversidade, gerando um ciclo econômico virtuoso.
- **A cooperação multilateral faz-se necessária:** graças ao apoio fornecido pelo P4F, o IDESAM e, por extensão, o PPBio, promoveu a cooperação e a coordenação entre os principais agentes – incluindo governo, empresas, instituições de pesquisa, ONGs – para fortalecer o ecossistema da bioeconomia da Amazônia.

Este estudo de caso foi desenvolvido pela equipe Partnerships for Forests América Latina em colaboração com a equipe global de Monitoramento, Avaliação e aprendizagem

Marcio Sztutman

Diretor Regional

Iara Basso

Gerente Regional

Monica Souza

Gerente de Resultados

Gustavo Palauro

Associado Sênior de Investimentos

Isabella Granero

Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

Birte Kurbjweit

Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

Martin Belcher

Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

Design

Estúdio Utópika



Partnerships for
Forests



UK Government



Palladium
MAKE IT POSSIBLE

S Y S T E M I Q